

Planalto apóia eleições gerais em 89

IBIÚNA, SP — Com o aval discreto do Palácio do Planalto, começará a tramitar nos próximos dias, na Constituinte, emenda propondo eleições gerais em 1989, adiando-se por um ano as municipais de 88 e antecipando as proporcionais e de Governadores marcadas para 1990. A proposta, segundo um assessor da Presidência da República, será apresentada pelo Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), amigo pessoal do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Para evitar a possível reação dos Governadores, que terão seus mandatos reduzidos em um ano, a emenda permite a reeleição de todos os ocupantes de cargos executivos, inclusive do Presidente da República. O mesmo informante fez questão de esclarecer que o Presidente José Sarney não aceitará concorrer a mais um período de Governo.

Os principais articuladores do Governo apostam na possibilidade de êxito da proposta, com base na avaliação de que o PMDB não está tão interessado em eleições este ano como apregoam seus líderes. Por esta avaliação, o partido correria sérios riscos de derrota este ano pelo comprometimento com o Governo e pela falta de candidato capaz de enfrentar o ex-Governador Leonel Brizola.

Em conversa informal com assessores, nos últimos dias, Sarney disse que o Governador de São Paulo, Orestes Quercia, não vai aceitar a

Telefoto de J. França



Heráclito: união de interesses

candidatura à Presidência por temer a derrota. Este exemplo estimula o Governo a considerar que o PMDB não deseja a eleição este ano.

Enquanto o grupo "histórico" do partido se articula para propor diretas este ano, na reunião de amanhã em Brasília, o Governo avalia discretamente as dificuldades do PMDB diante da pressão popular, que os próprios assessores de Sarney admitem existir. Na visão do Palácio do Planalto, para que o candidato do PMDB tenha alguma chance de eleger o sucessor de Sarney, deve assumir uma postura de oposição ao Governo. Mesmo assim, os assessores presidenciais não acreditam que esse candidato "possa ser mais de oposição do que Brizola".

Em favor da tese de eleições gerais em 1989, que o Governo vai encam-

par, o Palácio do Planalto conta com o interesse dos cerca de quatro mil Prefeitos e julga poder sensibilizar a maioria dos constituintes. Afinal, se a proposta passar, os parlamentares perderiam apenas um ano de mandato e ficariam livres da ameaça de enfrentar uma campanha eleitoral ainda este ano, como querem os setores que propõem eleições gerais em 1988.

Pelo direito de permanecer cinco anos no poder, como anunciou ser seu desejo em reiteradas manifestações públicas, Sarney assumiria o compromisso de lutar para manter os índices inflacionários em níveis aceitáveis. Esse esforço, na opinião dos assessores do Palácio do Planalto, permitiria que o PMDB enfrentasse as eleições gerais em 1989 "com mais fôlego".

Em suas análises sobre as dificuldades do PMDB, o Governo considera que o povo não quer apenas retirar Sarney da Presidência, mas também Ulysses da Presidência da Constituinte e alguns Governadores desgastados: a descrença da população atingiria os políticos em geral, e não apenas o Presidente.

Todas essas avaliações indicam, também, o risco de crise política se as eleições forem este ano. Para não entregar o poder a Brizola, o PMDB seria obrigado a implantar o parlamentarismo, para "golpear" as pretensões do ex-Governador.

Primeiras emendas propõem eleições já

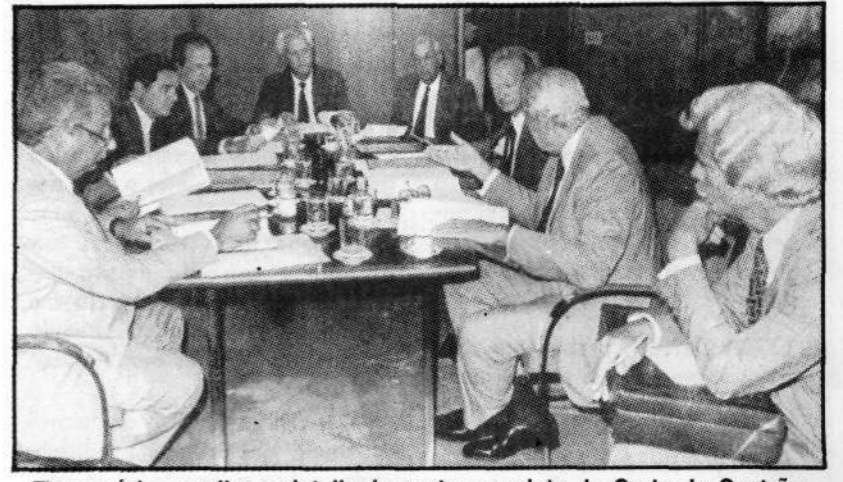
BRASÍLIA — O Projeto de Constituição recebeu ontem mesmo, na abertura do prazo para apresentação de emendas, duas propostas que prevêem eleições gerais em 15 de novembro. Foi protocolada ainda emenda que estabelece seis anos de mandato para o Presidente Sarney por Nilson Gibson (PMDB-PE), e uma outra que obriga à coincidência das eleições para todos os níveis.

A primeira proposta veio do Deputado José Santana de Vasconcelos (PFL-MG) prevendo eleições para Presidente, Senadores, Deputados, Governadores, Prefeitos e Vereadores, com posse em janeiro de 1989.

O Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), juntamente com os Deputados Delfin Neto (PDS-SP) e Levy Dias (PFL-MS) apresentou emenda que modifica toda a legislação eleitoral: eleições em todos os níveis, eleições primárias partidárias e mandato Presidencial em quatro anos, com direito à reeleição. Define ainda que poderão votar todos os brasileiros natos maiores de 17 anos e requer a extinção dos partidos após a realização do pleito de 15 de novembro. Sobre o Sistema de Governo, prevê plebiscito 90 dias depois, para a escolha entre presidencialismo e parlamentarismo.

O Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi o autor da primeira emenda que trata sobre o presidencialismo mitigado: mantém as atribuições parlamentaristas do Congresso mas acrescenta as funções de Chefe de Governo ao Presidente, extinguindo a figura do Primeiro Ministro. Joaquim Beviláqua (PTB-SP) quer estabelecer novos critérios para a escolha do Primeiro Ministro: qualquer brasileiro nato acima de 35 anos. E dele também a emenda que implica na coincidência das eleições e estabelece mandatos de oito anos para os dois Senadores mais votados no Estado.

A proposta do Deputado Gilson Machado (PFL-PE) preconiza a coincidência dos mandatos e eleições gerais a partir de 1994: seu calendário prevê eleição para Presidente em 1989, juntamente com os Prefeitos. As demais seriam em 1990.



Empresários analisam detalhadamente o projeto de Carta do Centro

Empresários rejeitam indenização retroativa

BRASÍLIA — Ao iniciar na noite de ontem uma análise do projeto de Constituição do Centro, o Conselho Diretor da União Brasileira de Empresários (UBE) considerou "impossível" arcar com o passivo trabalhista, caso a indenização de um salário por ano ao trabalhador demitido, como prevê o projeto, seja retroativa ao período anterior à promulgação da nova Carta.

No entender do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, coordenador dos trabalhos, há um consenso favorável ao projeto do Centro. Os empresários, até agora, apenas fazem reparos quanto a indenização dos trabalhadores. Pelas contas deles, levando em conta a média de 10 anos de permanência no emprego do trabalhador brasileiro, caso esta indenização seja retroativa, os empresários teriam que arcar com um passivo entre US\$ 100 e US\$ 150 bilhões.

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, Luiz Antônio Medeiros, fechou acordo ontem com lideranças do Centro sobre certos pontos do capítulo Dos Direitos Individuais e Coletivos: estabilidade no emprego, aposentadoria e estru-

tura sindical. Segundo Medeiros, os princípios defendidos pelo Centro na questão da estabilidade "são muito bons", mas ainda faltam alguns acertos sobre a entrada em vigor das novas normas.

Ele considerou uma grande vitória do movimento sindical a garantia do poder aquisitivo do aposentado acertada com o Centro, ao final do encontro.

Medeiros explicou que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — o maior da América Latina — decidiu negociar com o Centro porque faz parte da tradição do movimento sindical "dialogar com quem tem poder".

— Com quem os sindicalistas normalmente negociam as suas reivindicações? Com os empresários, com a classe patronal que tem condições de decidir. No caso da Constituinte, escolhemos o Centro porque não temos dúvida de que este grupo tem a maioria incontestável. Se são a maioria, têm o poder de definir o novo texto e é então com esse pessoal que vamos negociar nossas reivindicações — afirmou.

Fortes: emenda para quem não teme urnas

Com a emenda que marca eleições gerais para o ano que vem, o Deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) tem dito que pretende "separar o joio do trigo". Ou seja: identificar os constituintes que realmente defendem a ideia, pois, segundo ele, existem aqueles que o fazem apenas para reduzir o mandato do Presidente José Sarney.

Com 37 anos, Heráclito disputou sua primeira eleição em 1978, pela extinta Arena, fazendo oposição ao chefe político local e figura de destaque em todo o País, o Ministro da Justiça Petrônio Portella. Na reforma partidária ocorrida em 1979, ingressou no PP de Tancredo Neves, a quem ficou bastante ligado. Aca-

bou assumindo uma cadeira na Câmara em 1982, com a morte do Deputado Pinheiro Machado. Nas eleições do mesmo ano, já no PMDB, foi eleito e hoje é um dos parlamentares mais próximos do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Desde o início de seu mandato, Heráclito, que começou na política como oficial de Gabinete do Governador de Pernambuco, Paulo Guerra, sempre teve atuação discreta. Ganhou notoriedade quando apresentou uma emenda constitucional suspendendo a filiação partidária por um ano. A ideia foi amplamente debatida e, segundo observadores políticos, visava a viabilizar

uma eventual candidatura do General Rubem Ludwig à sucessão do Presidente Figueiredo. Heráclito, durante mais de um ano, foi assessor parlamentar de Ludwig no Ministério da Educação.

Para a sua nova emenda, que promete ser bastante discutida em plenário, Heráclito Fortes espera contar com o apoio dos governadores brasileiros (uma vez que eles poderão ser reeleger) e dos prefeitos (que terão seus mandatos prorrogados para coincidir com as eleições locais). E também, segundo as palavras do deputado mais votado no Piauí nas últimas eleições, "daqueles que não tiveram medo das urnas".

Maciel faz emenda por presidencialismo

BRASÍLIA — Uma emenda presidencialista apresentada ontem pelo Senador Marco Maciel (PFL-PE) prevê o fortalecimento dos Poderes Legislativo e Judiciário através de novos mecanismos de controle sobre o Executivo. Segundo ela, o Presidente teria mandato de quatro anos sem direito à reeleição; a escolha de Ministros de Estado seria submetida à aprovação prévia do Senado, e esses Ministros poderiam ser afastados através de moção de censura da maioria da Câmara dos Deputados.

De acordo com Maciel, a hipertrofia do Executivo, é

o que justifica as propostas parlamentaristas.

— O grande desafio institucional do Brasil não é enfraquecer o Executivo, mas, ao contrário, fortalecer o Legislativo e o Judiciário. O povo não esperou 30 anos para eleger uma espécie de Rainha da Inglaterra.

Pela emenda de Maciel, que modifica todo o Título IV do texto aprovado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, é mantida a unidade do Poder Executivo, com o Presidente da República exercendo as funções de Chefe de Estado e de Governo. Além dos Mi-

nistros de Estado, o Legislativo, através da maioria do Senado Federal, deverá referendar a escolha do Presidente para os cargos de Ministros do STF, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas, do Procurador Geral da República e do Presidente do Banco Central.

Qualquer congressista, pela proposta de Maciel, terá poderes para interpelar agentes do Executivo, que terão o prazo de 30 dias para fornecer os esclarecimentos solicitados, sob pena de instauração automática de processo por crime de responsabilidade.

Maioria quer cinco anos, afirma Iansen

BRASÍLIA — A emenda de autoria do Deputado Matheus Iansen (PMDB-PR) que propõe cinco anos para o Presidente Sarney já foi assinada por 286 Constituintes, anunciou ontem o parlamentar. Ele garantiu que até quarta-feira, quando pretende entregar a proposta, conseguirá mais de 300 subscrições.

Para ele, a eleição do Presidente ainda este ano não resolveria os problemas da Nação. Iansen não deixa de lado seu espírito de evangelico:

— A Bíblia avisou que

no fim dos tempos tudo irá de mau a pior. Como não conseguiremos passar do ano 2 mil, não há como fugir da crise.

Outro adepto dos cinco anos, o Deputado Basílio Vilani (PMDB-PR), Secretário Geral do Centro, divulgou o resultado de um "levantamento de tendência" em que garante a vitória para a tese por 327 a 232. No entanto, ele admitiu a necessidade de atualizar a pesquisa, realizada antes da votação pela Comissão de Sistematização, que deu

quatro anos para Sarney.

Basílio explicou que, para fazer seu levantamento, não chegou a entrar em contato com todos os Constituintes. A pesquisa foi contestada ontem por nove Deputados, identificados por Basílio como contrários à eleição Presidencial este ano.

É o caso do Deputado José Maria Eymael (PDC-SP), que dividiu com o Deputado Jorge Hage (PMDB-BA) a autoria da emenda pelos quatro anos, aprovada pela Comissão de Sistematização.

Senador corrige seu voto, dado por engano

BRASÍLIA — O Senador Albano Franco (PMDB-SE), que já havia colocado um funcionário de plantão à porta da sala de recebimento das emendas, conseguiu, ontem, protocolar, antes de qualquer outro constituinte, sua proposta de supressão do artigo que estatiza a distribuição dos derivados de petróleo.

O Senador, que preside a Confederação Nacional da Indústria (CNI), surpreendeu os empresários quando, na Comissão de Sistematização, votou a favor do monopólio — segundo ele por engano —, gerando revolta nas suas bases.

A iniciativa garantiu à proposta de Albano Franco o protocolo de número 1 na ordem de emendas.

SARNEY! O Povo ainda tem esperança de acabar com a ditadura econômica.

Parlamentarismo à brasileira é A-I-5. Querem mudar o regime, cassar o mandato do Presidente Sarney e o direito do povo de votar para presidente. O Plano Cruzado I era perfeito. Era a favor do povo. Foi destruído pelos que hoje jogam pedras no Governo. É preciso imaginação e coragem. A dívida interna e a inflação podem acabar em 30 dias.

REMUNERAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
O Governo paga aos bancos deságio desses títulos com juros e correção monetária. Com a emissão do papel moeda, os bancos seriam obrigados a administrar o dinheiro, emprestando-o à indústria, ao comércio e à agricultura.

Hoje, existem duas inflações: uma guardada nos bancos, que não correm riscos, com títulos do Governo e a outra nas ruas, que é o custo de vida.

Não há economia que resista a juros de mais de 1000% ao ano.

Ex-Deputado Federal JORGE CARONE